



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

Aos 23 dias do mês de junho de 2015, pelas 16h00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos

2. Apreciação de versão final da proposta do primeiro cartão verde e carta de Lord Boswell endereçado à Comissão Europeia – os Presidentes das CAE, que assim o desejem, são convidados a subscrever a carta. Pede-se resposta até 15 de julho.

3. Apreciação do Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na UE 2014 e da Proposta de Projeto de Resolução – Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2014

4. Apreciação do Projeto de Resolução n.º 1534/XII/4ª (BE) - Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP)

5. Apreciação do Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4ª (PCP) - Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)

6. Designação da Delegação da CAE à 7.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum (PESC/PCSD: 4 - 6 de setembro 2015, no Luxemburgo

7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1829/2003 no que se refere à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem a**

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

utilização de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados no seu território – COM(2015)177, objeto de Relatório da Comissão da Agricultura e Mar.

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a transparência fiscal para combater a evasão e a elisão fiscais – COM(2015)136, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira

Iniciativa selecionada.

c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal e Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – COM(2015)84 e 86, objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: José Soeiro

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa – COM(2015)192, objeto de relatório da Comissão da Educação, Ciência e Cultura

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

Deputado Autor do Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa selecionada

9. Apreciação e votação da Ata n.º 214, referente à reunião de 16 de junho de 2015.

1. Informações e outros assuntos

O Senhor Presidente da CAE deu início à reunião com as seguintes informações:

1.1. No dia 16 de junho a CAE tinha-se associado à CNEPC na audição do Presidente da Comissão de Política Externa e de Integração Europeia do Parlamento moldavo, tendo como temas de debate a análise da atual situação geoestratégica no leste da Europa (conflito ucraniano), o balanço dos Acordos de Associação com a UE, e a pré-avaliação da intenção da Moldávia em aderir à UE.

1.2. Nesse mesmo dia, 16 de junho, pela mesma hora, o Vice-Presidente da CAE, Deputado Vitalino Canas, recebeu o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus da Hungria, de cujo encontro tinha sido elaborada Síntese já distribuída aos Senhores Deputados.

1.3. No dia 25 junho (5ªf), da parte da manhã, iria ter lugar o Seminário, organizado pela CAE, subordinado ao tema “Inovação, Investigação e Ciência – base para o crescimento”

Tinham sido enviados 1300 convites (corpo diplomático, Assembleias Legislativas, Deputados ao Parlamento Europeu, representações das instituições europeias em Lisboa, entidades públicas nacionais, empresas portuguesas relacionadas com as áreas em debate, universidades, centros de ciência e centros de investigação...), e tinha sido endereçado pedido de divulgação por todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República para além dos meios habituais de divulgação destes eventos.

Todos os oradores já estavam confirmados. Estavam confirmadas as intervenções pelos seguintes representantes dos Grupos Parlamentares representados na CAE:

Deputado Carlos Costa Neves (PSD)

Deputado Bravo Nico (PS)

Deputado Rui Barreto (CDS)

Deputada Rita Rato (PCP)

Deputado José Moura Soeiro (BE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

- 1.4. No dia 26 de junho, estava prevista a audição, em conjunto com a Comissão de Segurança Social e Trabalho, da Comissária Thyssen (Trabalho, Assuntos Sociais, Competências e Mobilidade Laboral), a qual tinha agora nova hora – das 09h30 às 10h45, na Sala do Senado.

Entre as 09h15 e as 10h00, em simultâneo com a audição da Comissária Thyssen, uma Delegação da CAE receberia o Presidente do Conselho Nacional do Parlamento Suíço. O Senhor Presidente pedia que fosse indicado com a maior brevidade quais os Senhores Deputados de cada Grupo Parlamentar que estariam disponíveis para este integrar esta Delegação.

Seriam enviadas convocatórias aos Senhores Deputados da CAE para assegurarem presença nestas reuniões.

- 1.5. Na sequência de deliberações anteriores da CAE tinha sido agendada uma visita de trabalho da CAE ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicoddependência em Lisboa, entidade que manifestou disponibilidade para o dia 8 de julho, 4^{af}, entre as 10h00 às 12h00. O Observatório colocava as seguintes questões:

- a) Visita pode ser dirigida em Inglês?
- b) Quais os tópicos a abordar?

Submetido à consideração dos Senhores Deputados, ficou decidido que a visita poderia ser em inglês e de que os serviços deveriam propor uma lista de tópicos para decidir na próxima reunião. Deveria, ainda, ser preparada uma carta endereçada ao Diretor do Observatório no sentido de formalizar o pedido desta visita de trabalho da CAE.

- 1.6. O Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, manifestou interesse em estar presente na audição do Vice-Presidente Maros Sefcovic previsto para o dia 2 de julho na Assembleia da República, que terá como tema o Pacote da União Energética, que inclui uma comunicação especialmente vocacionada para as alterações climáticas e para a COP de Paris.

Colocado à consideração dos Senhores Deputados, registou-se concordância dos presentes, sublinhando-se a importância da presença da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local nesta audição.

- 1.7. A próxima reunião da CAE seria no dia 30 de junho, 3^{af}, pelas 15h00:

I Parte – Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com a 2ª Comissão (CNECP).

II Parte – Reunião ordinária

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

A reunião ordinária da CAE de 7 de julho não se realizaria, tendo em conta as jornadas parlamentares do PSD e CDS-PP nos dias 6 e 7 de julho.

Colocado à consideração dos Senhores Deputados, ficou decidido que a reunião ordinária seguinte da Comissão, prevista para o dia 14 de julho, apenas se realizaria caso houvesse iniciativas com prazo ou motivos urgentes inadiáveis.

Caso contrário seria agendada reunião da CAE para o dia 22 de julho, coincidindo com a última sessão plenária prevista.

Antes desse dia haveria lugar às audições, no dia 9 de julho (5^{af}), do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, após Conselho Europeu, (9h30) e do Embaixador do Luxemburgo, sobre o Programa e Prioridades da Presidência do Conselho da UE (11h30).

2. Apreciação de versão final da proposta do primeiro cartão verde e carta de Lord Boswell endereçado à Comissão Europeia – os Presidentes das CAE, que assim o desejem, são convidados a subscrever a carta, até o dia 15 de julho.

O Senhor Presidente apresentou a carta e a proposta, já distribuídas aos Senhores Deputados, dando nota dos argumentos de duas intervenções de sinal contrário sobre este assunto expressas na reunião da COSAC em Riga – uma do Presidente da CAE irlandês, favorável, e outra de um deputado italiano, crítica, concluindo que se trata de uma matéria mais complexa do que possa aparentar, convidando os Senhores Deputados da CAE a uma primeira manifestação de posições.

Intervieram os Senhores Deputados **Carlos Costa Neves (PSD)**, para dizer que o assunto deve ser acompanhado numa abordagem prudente, e, nestes termos, que o PSD não vê inconvenientes em que o Presidente da CAE subscreva a proposta em referência antes do dia 15/7, assinalando, no entanto, que havendo várias subscrições desta carta, a mesma não deveria ter apenas a autoria da House of Lords, mas antes ser encarada como uma iniciativa conjunta; **Bravo Nico (PS)**, para exprimir dúvidas quanto à legitimidade da iniciativa, quer quanto à respetiva natureza e promotores,

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

quer quanto às suas consequências, na medida em que não estando prevista esta figura de iniciativa conjunta de Parlamento nacionais nos Tratados, a mesma pode carecer de legitimidade e, assim, resultar na ausência de respostas por parte da Comissão Europeia; **Rui Barreto (CDS-PP)** para manifestar, uma vez acautelado o respaldo da iniciativa à luz dos Tratados, ser favorável ao envolvimento dos Parlamentos nacionais em mecanismos de recomendações com vista à Comissão Europeia tomar iniciativas legislativas, enquanto forem meras recomendações de carácter facultativo, acompanhando a iniciativa e a sua subscrição pelo Presidente da CAE, sem prejuízo de aderirem à ideia de a uma subscrição coletiva da iniciativa, dever equivaler uma autoria coletiva e não apenas da *House of Lords*: **Gabriel Goucha (PSD)**, para reforçar o já referido pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves, sendo preferível que todos os Parlamentos nacionais subscritores pudessem aparecer como autores da iniciativa, e para realçar a coincidência no tempo desta iniciativa com a ideia de renegociação da posição britânica na UE, o que aconselharia alguma cautela; **João Lobo (PSD)** para lembrar que no Programa de Trabalho da Comissão Europeia (2015) se colocava a questão da necessidade da avaliação das consequências das medidas adotadas a nível da UE, remetendo para dois planos distintos – um primeiro, da transmissão, por via dos Parlamentos nacionais, do diagnóstico sobre as consequências negativas da aplicação das políticas comunitárias em cada Estado-membro – o que seria de apoiar; - um segundo plano que punha em causa saber se por via deste mecanismo seria possível reprimir ou reformular os mecanismos em que se processam os processos decisórios – o que não seria de acompanhar.

O Senhor Presidente da CAE agradeceu os contributos indicando que na próxima reunião, até dia 14 de julho, seria suscitada deliberação formal sobre este assunto.

3. Apreciação do Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na UE 2014 e da Proposta de Projeto de Resolução – Apreciação do Relatório sobre Portugal na União Europeia 2014

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Goucha

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.^a SL

O Deputado Gabriel Goucha apresentou o Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na UE 2014, bem como o projeto de resolução sobre a apreciação do Relatório sobre a Participação de Portugal na UE 2014, realçando:

- a) O modo como foi eleito o atual Presidente da Comissão Europeia, que traduz uma alteração substancial do modo de funcionamento da UE sem alteração dos Tratados;
- b) O interesse em que, futuramente, neste Relatório, anual, possa haver uma perspetiva mais prospetiva e menos descritiva.

No uso da palavra a **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)** notou que o Relatório do Governo não é um documento meramente factual, mas que reflete um conjunto de opções políticas, bem como as suas consequências, o **Senhor Deputado Gabriel Goucha (PSD)**, retomou que fora mencionado, no Parecer e no projeto de Resolução, que o Relatório não fosse apenas descritivo e pudesse conter matérias que pudessem ser objeto de debate, e o **Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)** fez uma breve declaração de voto, para destacar o ponto do projeto de Resolução relativo à discussão em Plenário, que deve ser efetivo para que todos os partidos com posições diferentes possam exprimir a sua posição de avaliação global em relação às matérias relativas à participação de Portugal na União.

Os dois documentos foram colocados à votação em separado.

Submetido à votação o Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na UE 2014, o mesmo foi aprovado com votos favoráveis do PSD, do PS e do CDS-PP, voto contra do PCP, registando-se a ausência do PCP.

Submetido à votação a proposta de Projeto de Resolução da CAE sobre a apreciação do Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na UE 2014, o mesmo foi aprovado com votos favoráveis do PSD, do PS e do CDS-PP, voto contra do PCP, registando-se a ausência do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

4. Apreciação do Projeto de Resolução n.º 1534/XII/4ª (BE) – Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP)

A pedido do Grupo Parlamentar do BE a discussão do PJR 1534/XII/4ª (BE) foi adiado para a próxima reunião da CAE.

5. Apreciação do Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4ª (PCP) – Pela rejeição do denominado Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)

Tinha baixado à CAE, em 19 de junho de 2015, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, o Projeto de Resolução n.º 1543/XII/4.ª (PCP) – “Rejeita o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA (TTIP)”. Intervieram na respetiva discussão na Comissão os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), António Rodrigues (PSD), Bravo Nico (PS), Rui Barreto (CDS-PP) e João Lobo (PSD), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

- **A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)**, apresentando a iniciativa em referência, na sequência da reunião da Comissão na semana anterior com o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, explicitou que em relação ao TTIP, e em contraponto ao estudo que o Secretário de Estado mencionara e que indiciava a criação de 40.000 empregos, havia outros estudos, da própria União Europeia, que demonstram uma potencial perda de 1,3 milhões de postos de trabalho na Europa. Mencionou, ainda, que associado a este Acordo estão sérias ameaças para a economia portuguesa, para o sector dos serviços, para os direitos dos trabalhadores, destacando o caso do sector do concentrado de tomate nacional, que é um sector de trabalho intensivo em Portugal claramente ameaçado. Acrescentou, por fim, a falta de garantias sobre a questão da proteção relativa aos organismos geneticamente modificados e à utilização de hormonas na alimentação dos animais, havendo sérias ameaças para a saúde pública, para a segurança alimentar e para o meio-ambiente, pelo que concluiu com a proposta ao Governo para que, desde logo: rejeite os objetivos e conteúdo inscritos no TTIP e afirme esta posição do Estado português junto da UE em respeito dos princípios da defesa do desenvolvimento do país, dos interesses dos trabalhadores e povo português e da soberania e independência nacionais; divulgue o conteúdo, a natureza e objetivos do TTIP, bem como a posição do Governo Português no andamento das

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.^a SL

negociações; promova a realização de estudos científicos e técnicos relativos aos reais impactos deste acordo nos principais sectores da economia nacional, que deverão ser realizados pelos organismos e estruturas do Estado, devendo integrar elementos das associações sindicais, empresariais e das instituições de ensino superior.

- **O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD)** declarou que, em relação ao Acordo de Parceria, o mesmo não poderá ser subscrito sem se conhecer as suas verdadeiras dimensões. Sendo cedo para dizer se é um acordo positivo ou negativo, haverá um mundo de oportunidades a considerar, políticas, económicas, para os mercados e para os consumidores. Assinalou, de seguida, o sério risco que corre a Europa de não abrir o seu mercado para o mundo, devendo ter a obrigação de negociar o TTIP com os EUA, tal como já o fez em relação ao CETA, ou em relação ao MERCOSUL, devendo fazê-lo para todos os mercados internacionais. As questões que se têm colocado são as possibilidades de criação de novos empregos, de novas indústrias, de novas oportunidades para que todos possamos vir a beneficiar. Dizem os estudos que o TTIP pode ser benéfico para o país, colocando Portugal como o segundo país mais beneficiado com a celebração do acordo, depois da Estónia. Declarou, no entanto, que não será este o momento certo para fazer a avaliação deste Acordo, de aprovação liminar ou de rejeição imediata, pois não se pode discutir o que ainda não se conhece. Acrescentou que o processo de fim de legislatura não permite que nos próximos três meses se aprofunde devidamente esta questão, oportunidade que seguramente haverá no início da próxima legislatura e possivelmente com mais informação nessa altura, embora já tenha sido possível concluir que o TTIP será um Acordo Misto, exigindo uma participação da Assembleia da República na sua aprovação e na discussão de todas as suas incidências. Nestes termos, manifestou não defender a rejeição liminar do Acordo, mas antes o aprofundamento das questões relacionadas e uma maior transparência das negociações.

- **O Senhor Deputado Bravo Nico (PS)** expôs como questão de princípio ser sempre melhor ter um acordo do que não haver nenhum acordo, na medida em que as trocas comerciais entre os blocos da União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA), vão continuar a existir, pelo que a questão que se colocaria era a de saber se é preferível um diálogo entre dois interlocutores de força simétrica ou um diálogo entre um grande interlocutor, de um lado, e 28 pequenos ou médios interlocutores, do outro.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

A questão dos organismos geneticamente modificados seria um bom exemplo da necessidade de regulação para evitar um diálogo assimétrico. Concordando com a necessidade de transparência para o acompanhamento das negociações pelos cidadãos e seus representantes, questionou, por fim, se o PCP alteraria a sua posição caso os estudos que propõe serem realizados revelassem que o Acordo é benéfico para o nosso país.

- **O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP)** indicou estar em causa a criação da maior zona de comércio livre do mundo, e que coloca Portugal num lugar central nas relações atlântico norte e o espaço europeu, para defender que tudo o que represente o aprofundamento das relações comerciais, do ponto de vista da política externa, entre a UE e os EUA, trará benefícios para o nosso país. Ressalvando que a avaliação de um Acordo desta natureza incluirá aspetos positivos e negativos, relevou a importância de um saldo manifestamente positivo. A este propósito, referiu o conjunto de audições realizadas sobre este tema na Comissão de Economia e Obras Públicas, que tinham sido de sentido positivo em relação ao TTIP. Nestes termos, manifestou concordância num maior aprofundamento, monitorização e transparência do processo de negociação do TTIP, não subscrevendo a proposta de resolução do GP PCP no sentido da sua rejeição liminar.

- **O Senhor Deputado João Lobo (PSD)** concordando com as declarações do Senhor Deputado António Rodrigues (PSD), explanou o seu juízo de posição favorável ao Acordo de Parceria, justificando que a liberalização do comércio internacional implica uma redefinição da pauta alfandegária comum e isso significa que há efeitos de criação de comércio e de desvio de comércio, aspetos não mensuráveis do ponto de vista dinâmico. Reconheceu, assim, que as preocupações da Senhora Deputada Carla Cruz poderiam ter acolhimento, mas também reconheceu que são imensuráveis os efeitos dinâmicos ao nível do comércio internacional, criação de comércio e desvio de comércio. Quanto mais baixas forem as pautas alfandegárias, e maior liberdade houver para a criação do comércio, poderá haver mais inovação e capacidade de resposta de um sistema económico para outros sistemas económicos. A tendência seria a de aumentar a concorrência, mutação e reconstituição dos tecidos industriais – com afetação do emprego, da criatividade e da inovação. Assim, sem prejuízo das cautelas decorrentes da avaliação do Acordo, manifestou posição favorável ao TTIP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

A **Senhora Deputada Carla Cruz (PCP)** lembrou que todos os dias aumenta o conjunto de pessoas que contestam o TTIP, de entre elas um reputado Prémio Nobel da Economia, Stiglitz, que alerta para o facto de os grandes beneficiários deste Acordo não serem os povos, mas sim as multinacionais, e de que o conhecimento que hoje se tem do processo de negociações do TTIP é fruto da pressão do descontentamento dos cidadãos europeus. Concluindo que este Acordo vai muito para além das barreiras aduaneiras, referiu o agravamento das relações laborais e a ameaça aos serviços públicos. Nestes termos, Portugal devia rejeitar este Acordo tendo em conta o que até agora é conhecido, e devia defender o interesse da nossa economia de acordo com o primado da soberania e independência nacionais.

Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente deu indicação para que fosse elaborada informação sobre a mesma, com carácter de prioridade, que deveria acompanhar o pedido de agendamento de votação do PJR 1543/XII/4ª (PCP) em sessão plenária.

6. Designação da Delegação da CAE à 7.ª Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum (PESC/PCSD: 4 – 6 de setembro 2015, no Luxemburgo

Tendo em conta as anteriores participações da CAE em conferências interparlamentares, a representação da CAE na VII PESC/PCSD caberia ao PSD e PS. O Senhor Presidente solicitou que indicassem com a maior brevidade possível, até à próxima reunião da Comissão, os Senhores Deputados a integrar a Delegação, dando nota de que a Comissão de Defesa Nacional indicara já os Senhores Deputados José de Matos Correia (PSD) e Marcos Perestrelo (PS).

7. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) **Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1829/2003 no que se refere à possibilidade de os Estados-Membros limitarem ou proibirem a utilização de géneros alimentícios e alimentos para animais geneticamente modificados no seu território – COM(2015)177, objeto de Relatório da Comissão da Agricultura e Mar.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS). Uma vez submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes registando-se a ausência do BE.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a transparência fiscal para combater a evasão e a elisão fiscais – COM(2015)136, objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira

Iniciativa selecionada.

Apresentou o Parecer o Senhor Deputado Ivo Oliveira (PS). Uma vez submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes registando-se a ausência do BE.

c) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal e Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – COM(2015)84 e 86, objeto de relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: José Soeiro

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

A pedido do Deputado Autor do Parecer, José Soeiro (BE), apresentou o Parecer o Senhor Presidente da Comissão. Em sede de discussão, ficou

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

decidido, atendendo ao pedido do Grupo Parlamentar do PCP, o adiamento da discussão e votação para a próxima reunião da CAE, de modo a permitir uma análise mais aprofundada das iniciativas europeias em causa.

8. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) **COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES** *Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa – COM(2015)192, objeto de relatório da Comissão da Educação, Ciência e Cultura*

Deputado Autor do Parecer: Cabe ao PSD

Iniciativa selecionada

O Grupo Parlamentar do PSD indicaria oportunamente.

9. Apreciação e votação da Ata n.º 214, referente à reunião de 16 de junho de 2015.

Submetida a votação a Ata n.º 214, referente à reunião de 16 de junho de 2015, foi a mesma aprovada por unanimidade dos presentes, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 18h00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 junho 2015.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 215/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Cardoso
António Rodrigues
Bravo Nico
Carla Cruz
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
Jacinto Serrão
João Lobo
José Moura Soeiro
José Ribeiro e Castro
Lídia Bulcão
Nuno Filipe Matias
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos São Martinho
Vitalino Canas